

COMUNICAÇÃO EM SIMPÓSIO TEMÁTICO - HISTÓRIA DA ARTE E DA CULTURA VISUAL NO OITOCENTOS (PROF. DR. ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO-UFPA / PROFA. DRA. MOEMA DE BACELAR ALVES - MAMRJ / PROF. DR. SILVIO FERREIRA RODRIGUES - ESCOLA DE APLICAÇÃO/UFPA)

SOBRE OS DESTINOS DE UM QUADRO INCENDIADO: "DOM JOÃO PASSEANDO DE SEGE SOBRE A PONTE DO ENGENHO VELHO", DE NICOLAS-ANTOINE TAUNAY, E O MUSEU NACIONAL

Carlos Lima Junior (crlslimajr@gmail.com)

Em 2018, no ano das celebrações de seus duzentos anos, o Museu Nacional, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), era consumido pelo fogo. Reduzida às cinzas estava grande parte das coleções etnográficas, biológicas, históricas, arqueológicas, artísticas, paleontológicas, mineralógicas e etc, que compunham o acervo do Museu, um dos maiores da América Latina. Antes de acaso do destino, o incêndio era tragédia já anunciada, e resultava da prática perversa do “memoricídio”, como bem definiu Giselle Beiguelman; reflexo de uma política de Estado conformada pelo descaso, pela destruição das instituições culturais e que atingiu proporções imensuráveis no (des)governo de Jair Bolsonaro. Entre as inúmeras perdas, consta o quadro Dom João passeando de sege sobre a ponte do Engenho Velho (92,5 x 146,5 cm), de autoria do pintor Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830), não datado, que ficava exposto em destaque em uma das salas do Museu, antes de ser totalmente destruído pelo fogo.

Nicolas-Antoine Taunay, que aportou no Brasil em 1816, enquanto integrante de um grupo de artistas franceses, e que posteriormente ficaria conhecida como “Missão Artística Francesa”, retrata em sua pintura o monarca português, acompanhado de seu séquito, em caminho oposto à Quinta da Boa Vista. A obra, durante o tempo que ficou em exposição no Museu Nacional, rememorava, visualmente, a antiga função do edifício histórico no qual estava sediada a instituição museológica, uma vez que fora ali, desde os tempos de d. João, residência da família imperial brasileira. Mas antes de seu fim trágico, o quadro em questão teve uma trajetória bastante inusitada, impactada pelas decisões em torno de seu destino, logo após a queda da monarquia, em fins de 1889.

Imediatamente após a implantação da República, uma série de medidas foram tomadas pelos novos dirigentes em relação aos bens preservados nos palácios do Rio de Janeiro. Discutia-se o que deveria ser enviado ao encontro da ex-família imperial na Europa do exílio, e do que deveria permanecer no Brasil. Sabe-se que o quadro de Taunay pertencia às coleções do Palácio de São Cristóvão, e a pedido dos próprios descendentes de Pedro II, deveria ser remetido para a França, da mesma maneira que ocorreu com tantas outras obras artísticas de propriedade do ex-monarca preservadas nos palácios do Rio de Janeiro. No entanto, a contragosto dos Bragança, a obra ficou no Brasil. A presente comunicação busca esmiuçar o debate em torno dessa pintura de Nicolas-Antoine Taunay no que se refere à sua desejada saída do país, e quais os possíveis motivos que levaram a sua permanência, anos depois da queda da monarquia. Refiro-me às disputas que o quadro incitou pela sua posse, seja pelo lado da família imperial, seja pelos descendentes do próprio pintor francês, em meio às discussões intensas pela construção da memória do Império, já nos primeiros instantes republicanos. Trata-se de compreender, portanto, a trajetória desse quadro que, apesar de não embarcado para o exílio, e ser preservado no Brasil, teria a sina de ser destruído dentro do mesmo edifício em que esteve exposto durante o Império, convertido em Museu Nacional.